Lei nº 16

de 6 de março de 1950

A Camara Municipal decreta, e eu Prefeito Municipal de Arbir Nogueira promulgo a seguinte lei: Lei que Determina a majoração de ordenado do fiscal - auxiliar.

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a fazer uma majoração de $200,00 (duzentos cruzeiros) mensais nos vencimentos do fiscal - auxiliar Snr. Arcangelo Calabres, a contar de 1º de janeiro de 1950.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Arbir Nogueira, em 6 de março de 1950.

Severino Tagliari
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Pref. Municipal

Cert. Secretaria

Lei nº 17

de 16 de março de 1950

A Camara Municipal decreta, e eu Prefeito Municipal de Arbir Nogueira, promulgo a seguinte lei:

Codigo Tributario do Municipio de Arbir Nogueira e respectivas tabelas:

Titulo I

Dos impostos, taxas, e rendas Municipais

Capitulo I

Artigo 1º - Os impostos taxas e emolumentos

e mais rendas que constituem a receita do Município, são as seguintes:

I Imposto Predial

II Imposto Territorial sobre Terrenos urbanos

III Tributos de Licença sobre:

a) abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares

b) negociantes ambulantes;

c) veículos de qualquer natureza;

d) obras ou edifícios em geral dito edificações em geral;

e) depósito de materiais nas vias publicas

f) ~~ict~~ utilização de logradouros publicos;

g) extração de areia, pedra, barro ou qualquer outros minerais;

h) afixação colocação e exibição nas vias publicas de letreiros, emblemas, placas anuncios, toldos, cartazes e quaesquer outros meio de publicidade

i) Instalação e utilização de aparelhos de pesar ou medir artigos destinados á venda

IV - Imposto de Industria e Profissões;

V - Imposto sobre Diversões Publicas

VI - Taxa de Conservação de estradas de rodagem

VII - Taxa de Serviços Municipais sobre:

a) aferição de balanças pesos e medidas ou quaisquer aparelhos destinados a pesar ou medir

b) - execução e conservação de calçamentos

c) - colocação de guias e sargetas;

d) - limpeza das vias publicas;

e) - remoção do lixo, escorias e resíduos domiciliares

f) - pedagio em estradas, caminhos, pontes

viadutos e outras obras e serviços executados ou conservados pelo município.

VIII – Taxa sobre localização de comerciantes em logradouros públicos em geral;

IX – Taxa de inhumação, exumação, transferência de sepulturas e concessões perpetuas ou temporarias no cemitério municipal;

X – Renda do matadouro e de quaisquer outros estabelecimentos ou serviços municipais;

XI – Emolumentos relativos a ato de sua competencia

XII – Multas por infração de contratos, lei ou ato municipal e quaisquer outros que revertam em favor da municipalidade;

XIII – Rendas de proprios municipaes;

XIV – Contribuição de melhoria, quando se verificar valorização de imovel em consequencia de obras publicas municipaes;

XV – 30% do excesso da arrecadação Estadual de impostos, salvo o do imposto de exportação, sobre o total das rendas locaes de qualquer natureza;

XVI – 40% da arrecadação local de impostos referidos no artigo 21 da Constituição Federal.

XVII – Quota proporcional a sua superficie população, consumo e producção de lubrificantes de combustiveis minerais e energia eletrica da arrecadação de impostos sobre esses productos nos termos do artigo 15 nº. III e paragrafo 2º da Constituição Federal,

XVIII – Quota parte da arrecadação do imposto

Federal sobre renda proveniente de qualquer natureza, nos termos do artigo 15.º paragrafo 4.º da Constituição Federal.

Artigo 2.º - Nenhuma taxa ou imposto recaira sobre:

a) bens, rendas e serviços de outros municipios sem prejuizo da tributação dos serviços publicos concedidos, observado o disposto no paragrafo unico deste artigo.

b) - templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos politicos, instituições de educação e de assistencia social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no pais para os respectivos fins;

c) - papel destinado exclusivamente a impressão de jornais periodicos e livros;

d) - Trafego intermunicipal de qualquer natureza quando implique em limitações no referido trafego, resalvada a cobrança de taxas, inclusive pedagio, destinadas exclusivamente a indenização das despezas de construção, conservação e melhoramentos da estrada.

Paragrafo unico - Os serviços publicos concedidos não gozam de isenção tributaria salvo quando estabelecida pelo poder competente ou quando a União a institui em lei especial, relativamente aos proprios serviços tendo em vista o interesse comum.

Capitulo II

Do lançamento

Os lançamentos de impostos e taxas serão feitos pelo funcionario competente e obrigato-

riamente communicado ao contribuinte por aviso direto ou publicação na folha encarregada do expediente oficial.

Paragrafo 1º - Contra lançamento indevido ou irregular poderão os interessados reclamar dentro de quinze dias contados da publicação ou do recebimento do aviso,

Paragrafo 2º As reclamações deverão ser feitas por requerimentos dirigidos ao Prefeito e instruidos com a prova dos fatos alegados

Paragrafo 3º Findo o prazo deste artigo sem que haja reclamação, será considerado legal o lançamento e devido o imposto.

Artigo 4º - Da decisão do Prefeito sobre lançamentos de impostos contribuições e taxas poderá o interessado recorrer para a Camara Municipal dentro de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação ou communicado do despacho

Artigo 5º - Se no caso de reclamação ou recurso o despacho do Prefeito ou decisão da Camara forem proferidos depois de decorrida a epoca legal da arrecadação, será concedido ao contribuinte o prazo de dez dias para pagamento.

Artigo 6º - Nenhuma alteração no quantum de qualquer lançamento será feita sem que seja deferida pelo Prefeito em processo instaurado a requerimento da parte e com vencimento e instruido, ouvido sempre o funcionario lançador;

Capitulo III

Da arrecadação

Os contribuintes que não fizerem os pagamentos nos prazos devidos digo estabelecidos nesta lei incorrerão na multa moratoria de 10% sobre a importancia em debito

Artigo 8.º - Nenhum imposto ou taxa será recolhido aos cofres municipais sem a competente guia expedida pela Contadoria Municipal.

Artigo 9.º - Quando for facultado o pagamento em prestações semestraes considerar-se-á vencido o todo com o não pagamento do 1.º semestre.

Capitulo IV

Da cobrança executiva

Artigo 10º - Terminado o prazo para a cobrança de qualquer imposto ou taxa será o devedor convidado por carta ou pela imprensa a effetuar o pagamento do principal e multa dentro de dez dias improrogaveis.

Artigo 11º - Terminado esse ultimo prazo a Tesouraria Municipal extrairá certidão do lançamento e a entregará mediante recibo ao advogado incumbido de fazer a cobrança

Paragrafo 1º - As certidões entregues ao advogado deverão ser ajuizadas dentro do prazo de (30) trinta dias ou devolvidas a Prefeitura acompanhadas de ofício que contenha a exposição minuciosa das razões de fato ou de direito que desaconselhe a cobrança judicial.

Paragrafo 2º - as razões do advogado serão examinadas pelo Prefeito que poderá insistir pela cobrança se as não aceitar ou quando

estiverem corrigidos ou desaparecidos os vícios defeitos ou inconvenientes apontados.

Artigo 12º - Depois da entrega das certidões mas antes de ajuizados os recolhimentos das importancias respectivas serão feitos com guia expedida pelo advogado.

Artigo 13º - Os honorarios pela cobrança da dívida fiscal não poderão ser superiores a 10% sobre as quantias arrecadadas amigavel ou judicialmente, para os cofres municipaes.

Título I

Do Imposto Predial

Artigo 14º - O imposto predial recairá sobre todos os prédios urbanos do municipio quer estejam alugados, quer sejam habitados pelo proprietario, quer ocupados gratuitamente

Paragrafo 1º - Serão considerados prédios e como taes sujeitos ao imposto todos os que possam servir de habitação uso ou recreio casas, barracões, chacaras, garagens, armazens ou quaisquer outros edificios seja qual for a sua denominação, forma ou destino

Paragrafo - 2º Serão considerados urbanos para os efeitos de pagamento deste imposto os prédios situados na séde do municipio e nas povoações dos distritos e que forem servidos por illuminação publica calçamento ou guias para passeio, até a distancia de 100 (cem) metros de qualquer um destes melhoramentos.

Artigo 15º - O imposto será de 6% sobre o valor locativo annual do prédio, devendo ser lançado e arrecadado juntamente com o

Taxa de remoção de lixo, escoria e resíduos.
Artigo 16º - Para lançamento do imposto servirão de base as declarações dos inquilinos recibos de aluguel contratos de locação ou arrendamento e cartas de fiança quando exibidos.
Paragrafo 1º - Se houver justo motivo para se suspeitar das declarações ou da legitimidade dos documentos, o valor locativo será arbitrado pelo funcionario lançador.
Paragrafo 2º - No arbitramento serão tomados em consideração os seguintes elementos estimativos: a) situação do prédio e seu valor
b) - Os preços de alugueis de prédios identicos das imediações ou zonas equivalentes.
Artigo 17º - Haverá na Repartição um livro para lançamento do imposto predial, com colunas especiais para o nome do contribuinte em ordem alfabetica natureza e situação do prédio. valor locativo anual, importancia do imposto, taxa de remoção de lixo, multa, total, época do pagamento e observações.
Artigo 18º - Sempre que houver aumento do aluguel do prédio, o proprietario deverá communicar logo a repartição competente.
Artigo 19º - Concluido o lançamento, expedido o aviso, digo, respectivo aviso, esgotado o prazo de quinze dias referido no artigo 3º. nenhuma reclamação poderá ser atendida nem modificação alguma poderá ser feita no lançamento a não ser na forma expressamente prevista em lei.
Artigo 20º - O imposto Predial assim

como a taxa de remoção de lixo escoria e resíduos domiciliares e limpeza das vias publicas, serão pagos em uma unica prestação durante o mez de junho de cada ano.
Artigo 21º - Ficam isentos de imposto predial: a) os prédios de valor anual até Cr$ 360,00 (trezentos e sessenta cruzeiros) inclusive situados nos bairros, quando forem o unico recurso de pessoas invalidas e sem arrimo. b) - Os prédios pertencentes a instituições destinadas exclusivamente a prestar assistencia publica e gratuita.
c) - Os prédios das sociedades esportivas legalmente constituidas, sem fim lucrativo, a juizo do Prefeito.
d) - Os templos de qualquer religião, as casas paroquiais e residencias episcopais nos termos da legislação Estadual.
e) - Os prédios pertencentes às corporações beneficientes ou religiosas em que funcionem asilos hospitais, colegios e escolas gratuitos.

Titulo II

Do Imposto Territorial sobre terrenos urbanos

Artigo 22º - O imposto territorial sobre terrenos urbanos, incide sobre terrenos não edificados murados ou em aberto, situados nas zonas urbanas e suburbana da cidade e povoados do municipio.
Artigo 23º - São considerados não edificados os terrenos que não tenham construção ou conteúdo esteja ela interditada ou com as respectivas obras interrompidas ou em andamento à mais de um ano, ou ainda

em demolição na época do lançamento
Artigo 24º - O imposto territorial sobre terrenos urbanos grava o imovel sobre que recai, para todos os efeitos de direito.
Artigo 25º - Excluem-se do lançamento 3 (três) metros de um lado da área construida.
Artigo 26º - Quando as construcções forem recuadas do alinhamento não será computada no lançamento a extensão correspondente a projecção da predio de frente do predio.
Artigo 27º - Os terrenos que tiverem frente e fundos para via publica, ou ainda os lados, pagarão o imposto pela metragem existente pelas duas faces e lados.
Artigo 28º - Serão contados como metros as fracções de metros.
Artigo 29º - Ficam isentos do imposto territorial sobre terrenos urbanos as isenções definidas para o imposto predial no artigo 21 desta lei.
Artigo 30º - Para effeito da cobrança do imposto a que se refere este titulo, fica a área suburbana e urbana da Séde, dividida nas seguintes Zonas.

— Distrito da Séde —

Primeira Zona — Compreenderá a rua Fernando Arens, até o cruzamento da rua Floriano Peixoto e a atual rua Raymundo Berni desde a rua Fernando Arens até a rua Rosa Martins
Segunda Zona — Compreenderá as demais ruas dotadas de illuminação publica dentro do perimetro urbano. 3ª Zona as demais ruas sem illuminação publica dentro do perimetro urbano.

Artigo 31º - O lançamento do imposto Territorial sobre terrenos urbanos será feito pelo funcionario lançador, em nome do proprietario do terreno sujeito ao imposto.

Artigo 32º - O encarregado do lançamento procederá a medição dos terrenos e fará a verificação das propriedades pelos dados e documentos que lhe forem exibidos ou fornecidos.

Artigo 33º - O lançamento de terrenos pertencentes a heranças, espolios, massas falidas ou sociedades em liquidação, será feito em nome dos respectivos representantes legaes. - -

Paragrafo 1º - No caso de usofruto ou infiteuse o lançamento se fará em nome do usofrutuario ou do infiteuta.

Paragrafo 2º - Em se tratando de terreno predio divisivo, o imposto o imposto se fará em nome, digo se lançará em nome de um d'alguns ou de todos os condominios.

Artigo 34º - O imposto Territorial sobre terrenos urbanos será lançado em livro proprio com columnas especiaes para o nome do proprietario, localidade dos terrenos, zona e extensão tributaria importancia do imposto a cobrar, data do pagamento e observações.

Artigo 35º - Sobre o lançamento poderão os interessados reclamar dentro do prazo de quinze dias depois de recebidos ou publicados os avisos na forma do artigo 3º desta lei.

Artigo 36º - A arrecadação do imposto Territorial se fará durante o mez de junho de cada anno.

Artigo 37º - O imposto referido neste ti-

título será o da tabela seguinte:

I Distrito da Sede

a) Terrenos murados ou gradil ou balaustrados, ou concreto armado e não edificados: localizados na 1.ª Zona por metro linear cr$ 5.00 (cinco cruzeiros) localizados na 2ª Zona por metro linear cr$ 2,00 (dois cruzeiros) - B) na 3.ª Zona por metro linear cr$ 1.00 (um cruzeiro) B) - Terrenos em aberto ou cercados de arame farpado - na 1.ª Zona por metro linear cr$ 10.00 (dez cruzeiros) na 2ª Zona por metro linear $4.00 (quatro cruzeiros) na 3ª Zona por metro linear cr$ 1,00 (um cruzeiro) C) - Terrenos cercados de bambú rejuntados (construção bem executada) - localizados na 1ª Zona por metro linear - 8,00 (oito cruzeiros - localizada na 2.ª Zona por metro linear $2,50 (dois cruzeiros e cincoenta centavos.

Artigo 38º - Para cobrança do imposto Territorial urbano de Eng.º Coelho, serão adotados os preços estipulados para a 2ª e 3ª Zonas descritas no artigo anterior.

Título III

Tributos de Licença

Capítulo I

Tributo de licença sobre abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares.

Artigo 39.º - Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou similar poderá instalar-se, sem que seja requerida a licença e pago o imposto respectivo que fica fixado em 5% sobre o total do lançamento do imposto

de Industria e Profissões do exercício.

Paragrafo 1º - Para efeito do calculo, quando quando não houver lançamento ou pagamento prévio do imposto de Industria e Profissões o interessado indicará no requerimento todos os dados necessarios para classificação de seu estabelecimento de acordo com as tabelas existentes.

Paragrafo 2º - Sendo o tributo de licença pago de acordo com o calculo referido no paragrafo anterior, ficará o contribuinte sujeito ao recolhimento imediato da diferença que se verificar em prejuizo do fisco, na classificação definitiva que posteriormente venha a ser feito pela repartição competente.

Artigo 40º - Os estabelecimentos referidos no artigo anterior ficam sujeitos ao imposto anual de licença pela continuação de seu funcionamento em cada exercício posterior.

Paragrafo unico - Não será exigido para os exercícios posteriores novo requerimento de licença ficando garantido ao seu contribuinte o seu pagamento na época legal.

Artigo 41º - O tributo de licença para abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares será pago na época em que for pedida a respectiva licença sendo o mesmo computado valor anual e a continuação do funcionamento será paga durante o mez de março de cada ano.

Paragrafo unico - Findo este prazo ficará o contribuinte à imediata cobrança nos termos do Capitulo IV.

Artigo 42º - O estabelecimento que funcionar

sem licença, será fechado e ao seu proprietário imposta a multa de cr$50 a 500.00 sem prejuizo do imposto devido.

Artigo 43º - As licenças para funcionamento fóra das horas regulamentares, nos termos das leis especiaes sobre a abertura e funcionamento do comercio, serão estabelecidas para cada caso nas respectivas leis.

Artigo 44º - Os lançamentos do tributo de licença sobre os estabelecimentos comerciaes, industriaes e similares, serão escriturados em livro especial, com columnas proprias para nome do contribuinte em ordem alfabetica, endereço, importancia do tributo, sua classificação, multa total, data do pagamento e observações.

Artigo 45º - O tributo de licença não se enquadra nas isenções concedidas ás industrias ou emprezas.

Capitulo II.

Tributo de licença sobre negociantes ambulantes

Artigo 46º - Ninguem poderá exercer o comercio ambulante sem o pagamento prévio do respectivo tributo de licença, de acordo com a tabela anexa sob nº 1.

Paragrafo 1º - Para concessão de licença a Prefeitura Municipal exigirá do interessado prova de identidade, conduta e sanidade.

Paragrafo 2º - Os Ambulantes licenciados serão obrigados a exhibir aos funcionarios ou fiscaes competentes, sempre que isto lhes fôr exigido, alem da licença, documento que prove a sua identidade.

Artigo 47º - É proibido o comercio ambulante de drogas e jóias.
Artigo 48º - As licenças de vendas ambulantes é pessoal e intransferível, sendo o respectivo tributo devido por quem exercer a profissão que o faça por conta propria ou de terceiro.
Artigo 49º - Os ambulantes obedecerão ao horario regulamentar, estabelecido para o comercio local, sob pena de serem cassadas as suas licenças, salvo quanto aos seguintes artigos: leite, ortaliças frutas, flores, refrescos, sorvetes doces biscoitos em poderes e outros que taes.
Artigo 50º - Os ambulantes não poderão fixar-se nas vias publicas sob pena de serem multados em cr$50.00 (cincoenta cruzeiros) e pelo dobro na reincidencia.
Paragrafo unico - A localização de negociantes nas ruas e praças, ou qualquer lugar de serventia publica dependera de uma licença especial que será concedida a criterio do Prefeito.
Paragrafo 2º - O tributo de licença referido no paragrafo anterior será o correspondente ao da tabela de Ambulantes com a crescimo de 50%. Artigo 51º - Entende-se anual o imposto sempre que não houver prazo especial mencionado na tabela.
Paragrafo unico - Todavia sua arrecadação será feita proporcionalmente ao tempo não decorrido do exercicio, dentro dos seguintes criterios

a -	em março	80 %
b) -	em Junho	60 %
c) -	em Setembro	40 %

d) em novembro 20% sendo a taxa mínima cr$ 20.00 (vinte cruzeiros).

Artigo 52º - Todo o que for encontrado exercendo o comércio ambulante sem estar munido da respectiva licença, incorrerá na multa de cr$ 60.00 (cincoenta cruzeiros) sendo apreendidos e levados ao depósito os objetos ou mercadorias de seu comércio e os veículos ou recipientes que os conduzirem.

Paragrafo único - Nas mesmas penas incorrerão os que exercerem o comércio ambulante com artigos diferentes daqueles para os quais obtiverem licença.

Artigo 53º - Ficam isentos do tributo de licença, os pequenos vendedores a domicílio, de leite, queijo, manteiga, ovos, frangos, orbalicas e frutas devidamente registrados na Prefeitura Municipal, para os quais serão exigidos provas de identidade, conduta e sanidade.

Artigo 54º - Ficam igualmente isentos deste tributo, os seguintes:

a). os mutilados, ou portadores de aleijão ou moléstia não contagiosas, ou repugnantes, reconhecidamente pobres, a critério da Prefeito Municipal.

B) - os que não tiverem arrimo e estiverem incapacitados para o exercício de qualquer outra profissão, também a juizo do Prefeito.

b) - Os engraxates e vendedores de jornais menores de 16 anos.

Paragrafo único - Aos que obtiverem a isenção de conformidade com o artigo 53 paga-

rão as respetivas placas. — — — —

Artigo 55.º — Será considerado negociante ambulante e sujeito ao pagamento dos impostos municipais, todo aquele que por sua conta ou de terceiros, conduzir e efetuar a entrega direta embora a comerciantes, dos artigos seguintes: macarrão, doces, pó de café, conservas em geral e outros artigos.

Capítulo III

Tributos de licença sobre veículos de qualquer natureza:

Artigo 56.º — O tributo sobre veículos é devido pelos proprietários dos veículos que fizerem os serviços de transportes no município embora dirigidos por terceiros.

Artigo 57.º — O licenciamento dos mesmos só será admitido mediante prova de residencia ou domicílio civil no município, feita pelos particulares e pelas empresas que explorarem o serviço.

Artigo 58.º — A cobrança do tributo de veículos a tração motora será efetuada na mesma época em que o Estado arrecadar as taxas de conservação de estradas e registro de fiscalização.

Artigo 59.º — A cobrança do tributo de veículos a tração animal será efetuada diretamente a Tesouraria municipal durante o mês de janeiro de cada ano.

Artigo 60.º — Aos veículos que forem licenciados depois do mez de Junho, será cobrada 50% da tabela anexa nº 2.

Artigo 61.º — Nenhum tributo será cobrado so-

bre veículos de qualquer natureza empregados pelo seu proprietário exclusivamente no serviço da propria lavoura.

Artigo 62º.- Haverá na Prefeitura municipal um livro destinado ao registro das placas fornecidas, contendo nome do proprietário do veículo, residencia numero da placa natureza do veículo. Tributo pago. data e observações.

Artigo 63º.- Este tributo será cobrado de conformidade com a tabela anexa nº 2.

Capitulo IV

Tributos de licença sobre obras ou edificações em geral.

Artigo 64º.- Nenhuma construção ou reforma de prédio, para residencia, comercio ou industria, localizados nas zonas urbanas e suburbanas da cidade, será realizada sem que seja aprovada a planta respectiva.

Paragrafo 1º.- As plantas serão feitas por engenheiro ou arquiteto devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e encaminhadas ao Prefeito Municipal em duas vias acompanhados dos respectivos memoriais descritivos.

Paragrafo 2º.- As duas vias de plantas e memoriais descritivos, serão assinados pelo engenheiro ou arquiteto, com o seu numero de registro, o qual será responsavel pela obra bem como pela boa execução das mesmas e pelo proprietário, encaminhados ao Prefeito acompanhados de requerimento sendo que este e os demais documentos serão as firmas devidamente reco-

necessidas. Artigo 65.º - Recebido o requerimento e plantas o Prefeito Municipal designará um engenheiro ou arquiteto para estuda-las e dar parecer que deverá ser feito dentro de 8 dias.

Paragrafo unico - Devolvido pelo mesmo ao Prefeito Municipal com o respectivo parecer este as aprovará sempre que não contrarie as posturas municipaes.

Artigo 66.º - Numa das vias, depois de aprovada pelo Prefeito Municipal acompanhada do memorial descritivo, será encaminhada a Tesouraria Municipal, para que o interessado efetue o pagamento dos emolumentos, não só da aprovação da planta mas os relacionados nas letras b, c, d, e, f, g da tabela anexa n.º 3. ——

Artigo 67.º - Os responsaveis por qualquer obra ou edificação em geral, são obrigados são obrigados a exibir as plantas e licenças, sempre que forem exigidas pelo funcionario incumbido da fiscalização. —

Paragrafo 1.º - Quando uma obra for iniciada sem a necessaria aprovação de plantas e licença da Prefeitura, será logo embargada administrativa ou judicialmente, incorrendo o responsavel na multa de cr$200,00 a cr$500,00

Paragrafo 2.º - A obra de edificação, construcção ou reconstrucção embargada só poderá proseguir depois de pago o imposto, multa e de acordo com os regulamentos e aprovada a respectiva planta.

Paragrafo 3.º - Para levantamento do embargo judicial será preciso ainda o pagamento das custas. — — —

Artigo 68º - Pelo serviço do estudo do projeto e memoriais descritivos, a Prefeitura pagará ao engenheiro ou arquiteto designado nos termos do artigo 65º a importância correspondente a 50% dos emolumentos que forem cobrados do interessado da aprovação da planta constante da letra (a) da tabela anexa nº 3.

Capítulo V

Tributo de licença sobre depositos de materiais nas vias publicas.

Artigo 69º - Fica permitido o deposito de materiais nas vias publicas, quando este por qualquer forma não prejudique o transito

Paragrafo 1º - Este deposito abrangerá tão somente a area a ser construida, não podendo tomar qualquer parte das calçadas

Paragrafo 2º - O proprietario do imovel em construção pagará o seguinte tributo:

a) - por metro quadrado, em 30 dias Cr$30.00

b) - por metro quadrado excedendo esse prazo Cr$2.00 (duas cruzeiros) por dia. - Capitulo VI -

Tributo de licença sobre extração de areia, pedra, barro ou outros quaisquer minerais

Artigo 70º - Nenhum serviço de extração de areia, barro, pedra etc. com fins comerciais poderá ser feito no municipio sem a devida autorização e pagamento do respectivo tributo de licença.

Paragrafo unico. - Aos infratores será imposta a multa de Cr$ 50.00 a Cr$200.00 e o dobro na reincidencia.

Artigo 71º - Se a extração se fizer em ca-

rater permanente ou duradouro o tributo será pago em cada exercício financeiro no mez de janeiro de cada anno.

Artigo 72º - O tributo referido neste artigo será o seguinte: (a - pedras para construcção e outras exploradas pelo proprietario ou terceiros, tributo annual $400,00 (quatrocentos cr$) b) - area em qualquer ponto do municipio tributo annual cr$ 150.00 (cento e cincoenta cruzeiros) c) barro em qualquer ponto do municipio tributo anual $ 150,00 (cento e cincoenta cruzeiros)

— Capitulo VII —

Tributo de Licença sobre afixação colocação e exhibição nas vias publicas de letreiros, emblemas, placas, annuncios, toldos, cartazes - e quaisquer outros meios de publicidade. Artigo 73º - A exploração ou utilização dos meios de publicidade, nas vias publicas e logradouros publicos do municipio, bem como em quaisquer locaes de accesso publico, fica sujeito a licença da Prefeitura e ao pagamento do respectivo tributo. —

Artigo 74º - Incidem no tributo de licença referido neste capitulo todos os cartazes, letreiros quadros, emblemas placas, annuncios, projecções cinematographicas, toldos, avisos, taboletas mostruarios, reclames, telas pannos, fitas ou volantes luminosos ou não, diurnos ou nocturnos, feito por qualquer modo emprego ou processo, suspensos, distribuidos, afixados, escriptos, ou pintados em veiculos de qualquer natureza, em paredes, muros, pilares, dageados

passeios, calçamentos ou embaixo de casa ou ainda de qualquer forma ou processo de publicidade nas cidades e povoações do Município. — —

Artigo 75.º - Quando o sistema de publicidade atingir a qualquer espaço sobre a via pública ou se projetar ou pender sobre ela de modo que por isso ou qualquer forma possa oferecer perigo aos transeuntes ou às construções vizinhas, dependerá de prévia licença, que será solicitada pelo interessado em requerimento instruído com o desenho do anuncio e outros dados que permitam o exame de suas condições artísticas e de segurança. Paragrafo 1º - Os anuncios e reclames nas condições deste artigo, que forem encontrados sem a devida licença, sujeitarão os seus responsaveis a multa de cr$ 50,00 a $100,00 além do tributo. — — —

Paragrafo 2º Sem prejuizo dessa responsabilidade poderão os interessados regularizar a sua situação, quitando-se com o fisco e requerendo, dentro de 24 horas a necessária licença na forma estabelecida no corpo do artigo. —

Paragrafo 3.º - Na falta da providencia mencionada ou se o anuncio ou reclame não puder ser licenciado sem adaptação as condições da lei será apreendido ou inutilizado.

Artigo 76.º - Responderão pelo imposto e pela observancia das disposições deste Capitulo todas as pessoas ou entidades as quais direta ou indiretamente a publicação venha beneficiar. — — — —

Artigo 77.º - Haverá na Repartição para lançamento do tributo, um livro especial com colunas especiais para o nome do responsavel a natureza do anuncio ou do ato da publicidade e local onde é afixado ou feito, a importancia do tributo, importancia da multa, total, época do pagamento e observações.

Paragrafo 1.º - O lançamento se fará em qualquer tempo em que seja encontrado ou visto o anuncio e será desde logo comunicado ao responsavel para os efeitos do artigo 3.º -

Paragrafo 2.º - Decorrido o prazo para o recurso ou lhe sendo negado provimento poderá o imposto ser pago nos 15 dias subsequentes com multa.

Paragrafo 3.º - Terminado este ultimo prazo será efetuada a cobrança na forma do artigo 9.º -

Artigo 78.º - É expressamente proibida a colocação de anuncios seja qual for a sua forma ou composição:

1 - em grades de parques ou jardins monumentos publicos, estatuas, hermas e postes colocados em vias publicas;

2 - diretamente sobre arbores das vias e logradouros publicos.

3.º - em qualquer parte dos cemiterios ou no interior dos mesmos, bem assim nos templos religiosos.

4.º) - quando contiverem dizeres ou referencias ofensivas a moral ou a individuos ou

tituições ou crenças. — — —
5) — Quando em linguagem incorreta.
Paragrafo unico — As transgressões serão punidas com a multa de cr$50,00 a cr$200,00 além da apreensão do anuncio. — —
Artigo 79º — O tributo de licença pela continuação dos anuncios de caracter permanente ou duradouro, será arrecadado no mez de Janeiro.
Artigo 80º — Estão isentos do tributo —
1º — Os cartazes ou letreiros destinados a fins politicos á propaganda politica ou de prelios esportivos, exposições, conferencias ou festas beneficientes estes a juizo do Prefeito;
2º) As taboletas e letreiros em sitios, granjas e fazendas desde que só tragam o nome da propriedade ou referencias ao negocio explorado no local; — — —
3) — Os mostruarios desde que não estejam colocados na parte externa dos predios; —
4) — Os anuncios ou reclames de qualquer natureza de hospitaes, casas de caridade ou qualquer instituição destinada a prestar assistencia publica gratuita; — —
5) — os distintivos religiosos de templos, —
Artigo 81º — O tributo referido neste capitulo será escriturado na rubrica de tributos de licença de Publicidade e será cobrado de conformidade com a tabela anexa nº 4, — —

Capitulo VIII

Imposto de Industria e Profissões

a) do fato imposto da sua incidencia e dos contribuintes:

Artigo 82º — O imposto de Industria e Pro-

devido por todas as pessoas, naturais ou jurídicas, que explorarem a indústria ou a comissões, seja qualquer das suas modalidades quando em estabelecimento ou localização fixa, ou exercerem qualquer profissão, arte ou ofício e função. — —

Artigo 83.º - O imposto de Indústrias e Profissões se comporá de uma parte fixa por classes, tendo como base a natureza e a importância das atividades referidas no artigo anterior conforme as tabelas organizadas pela Diretoria Geral da Receita do Estado de São Paulo em 25 de março de 1939. Lançamento da parte fixa, tabella A a X e classificação da tabela n.º 1, anexa ao livro 3, n.º de ordem 1 a 597; tabela n.º 2 n.º de ordem de 1a 120; tabela n.º 3 do Decreto Estadual n.º 8255, de 23 de Abril de 1937 e tabela n.º 11 anexa a este código. — — —

Paragrafo unico — Para aplicação das tabelas referidas neste artigo, no lançamento da parte fixa, será descontado 50% do movimento apresentado no exercício anterior a que se refira ao lançamento. — — —

Artigo 84.º - A parte variável estabelecida no artigo anterior será de 10% sobre o valor locativo anual. — — —

Artigo n.º 85 - Quando não constar das tabelas referidas no artigo 83.º rubricas de qualquer especie de atividade tributável, abrir-se-á entre cr$ 5.000,000 (cinco mil cruzeiros) a parte fixa do imposto observados os requisitos regulamentares da classificação. — — —

Artigo 86.º - Resalvadas a excessões que neste titulo se consignam as pessoas comprehendidas no artigo 82, pagarão tantas vezes o imposto quantas forem as actividades distinctas e exercidas quer no mesmo local ou estabelecimento, quer não tenham estabelecimento ou localização fixa. — —

Artigo 87.º - O exercicio de uma só actividade que se estenda a locaes ou estabelecimentos separados tambem obrigará ao pagamento de imposto tantas vezes quantos forem esses locaes ou estabelecimentos, excetuadas as profissões liberaes. — — —

Artigo 88.º — Na interpretação do artigo anterior, a classificação dos estabelecimentos levará em conta a importancia relativa de cada um de per si, e não a do principal. — — — —

Artigo 89.º - Aquelles que no mesmo estabelecimento fabricarem artigos distinctos, pagarão o imposto pelo artigo de taxação mais elevada com o accrescimo de 50% sobre a parte fixa, resalvadas as excessões dos artigos 91 e 92. — — — —

Artigo 90.º — Aquelles que no mesmo estabelecimento venderem productos nas condições apontadas no artigo 89, pagarão o imposto da mesma forma. — —

Paragrafo unico = Considerar-se-ão como artigos fabricados no mesmo estabelecimento aquelles que o forem em dependencias do mesmo predio, sob uma só administração e com escripturação commum. —

Artigo 91.º - Como tributo especial e arrecadado em separado, incidirá o imposto de Industria e Profissões, sobre os fabricantes assim como os vendedores das seguintes mercadorias. —

a) - bebidas alcoolicas de qualquer especie —

b) - automoveis ou seus acessorios —

c) - fogos de artificio. — — — —

d) - Artigos de carnaval. — — — —

Paragrafo unico. - O imposto será devido ainda que o contribuinte já esteja tributado pela venda ou fabricação de outros artigos no mesmo estabelecimento.

Artigo n.º 92.º - Os proprietarios ou arrendatarios de serrarias, maquinas de beneficiar café algodão e cereais, e seus prepostos que comprarem mercadorias para os estabelecimentos, os agentes, correspondentes e representantes em geral, as agencias de bancos, de firmas comerciais ou companhias de qualquer natureza os escritorios de de companhias de qualquer natureza os escritorios de desconto de titulos, as casas que explorarem mesas de bilhares e jogos semelhantes, balanças ou aparelhos para pesar ou medir pessoas e maquinas automaticas de distribuição de premios ficarão sujeitos ao pagamento do imposto correspondente a cada uma dessas atividades. — — —

Artigo 93.º - Os depositos de mercadorias quando nelles não se efetuarem operações de compras ou vendas, e que não sejam a armazens gerais ficarão sujeitos somente a parte variavel do imposto. — — — —

Artigo 94.º - Os comerciantes que fabricarem ou venderem produtos em estabelecimento ou localização fixa pagarão apenas a parte fixa do imposto.

Artigo 95.º - Os comerciantes que venderem pelo sistema de sorteio, pagarão o imposto na razão do dobro das taxas aplicadas ao seu ramo de negocio e a sua classe.

Artigo 96.º - Os agentes de empresas pagarão o imposto tantas vezes quantas forem as empresas que representarem. ——

— B - Das isenções —

Artigo 97.º - Serão isentos do imposto de Industria e Profissões, a) os que trabalharem no fabrico de objetos de pequeno valor ou oficinas de concertos, sem anuncios, reclames ou letreiros e seus oficiais não ultrapassando o volume de negocios a cr$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) anualmente. — — —

b) - Os mercadores ambulantes que a juizo do Prefeito Municipal forem considerados incapazes ou impossibilitados de outros serviços. - C) - os vendedores de jornais ou revistas; D) - Os mercadores de produtos de pequena lavoura com o volume de negocios inferior anualmente a $6.000.00 (seis mil cruzeiros) quando sejam os proprios lavradores ou produtores, devendo porem os que pretenderem a isenção requere-la previamente; —

E) - Os jornaleiros operarios, condutores de veiculos pela prestação de serviços, —

F) - As pensões familiares que não receberem hospedes mediante diária e fornecerem comida

em horas determinadas, salvo se houverem mais de 5 (cinco) pensionistas e o volume de negocios ultrapassar a cr$ 10.000.00 (dez mil cruzeiros) anuais. G) - Os auxiliares e empregados de escritorios, estabelecimentos comerciais ou industriais e demais empregados quando os escritorios ou os estabelecimentos forem lançados para pagamento do Imposto de Industria e Profissões. - —

H) - Os administradores e demais auxiliares ou empregados de estabelecimentos agricolas; I) - Os mercadores ambulantes; J) - As maquinas de beneficiamento de produtos agricolas, quando só beneficiarem produtos das fazendas em que estejam instaladas sem qualquer remuneração dos beneficios realizados nos produto agricolas; K) - As serrarias e olarias não exploradas comercialmente e localizadas nas fazendas e que só produzam para o consumo dos respectivos proprietarios;

L) - Os proprietarios ou diretores de estabelecimentos particulares de ensino de qualquer natureza e grau. — — — —

6 - Da inscrição dos contribuintes:

Artigo nº 98º - Todo o contribuinte do imposto de Industria e Profissões inscrever-se-á na repartição arrecadadora, declarando por escrito o seu nome a atividade exercida e o local do estabelecimento, se houver e prestando as informações necessarias mencionados na formula que lhe fôr entregue. — —

Artigo 99º - As inscrições de contribuintes

serão feitas dentro do prazo de 10 dias contados do início da atividade, findo esse prazo as formulas serão preenchidas ex-ofício pela repartição competente.

Paragrafo unico - Considera-se repartição competente a Tesouraria Municipal e a Lançadoria Municipal para proceder os devidos lançamentos na forma prescrita neste Capitulo.

IX - dos lançamentos

Artigo 100: - O lançamento do imposto de Industria e Profissões será feito em todo o municipio durante o mez de fevereiro de cada ano. Artigo 101: - A seu criterio a lançadoria remeterá diretamente ao contribuinte, pelos meios ao seu alcance, aviso de lançamento ou da sua revisão sendo tambem facultativo o aviso pela imprensa local.

Paragrafo unico - A falta de remessa ou de recebimento do aviso não será em caso algum motivo para que o contribuinte deixe de cumprir as determinações desta lei, notadamente as que digam respeito ao pagamento nas epocas regulamentares dos impostos devidos.

Artigo 102.° - Tomar-se-ão por base para o lançamento da parte fixa do imposto os seguintes elementos, em conjunto ou isoladamente segundo a natureza da atividade. a) movimento economico. B) - Capital empregado. C) mercadorias em deposito; D) - valor locativo do predio, parte do predio ou local onde for exercida a atividade; -

E) – despezas com o estabelecimento; — — —
F) – localização do estabelecimento. — —
G –) Numero de operarios e auxiliares, maquinismos, empregados, e capacidade produtiva do estabelecimento; H) – comparação com outros lançamentos. — — —

Artigo 103.º – Valor locativo annual, para base da parte variavel do imposto, será apurado pelos contratos de locação, recibos de aluguel, lançamento do imposto Predial e, na falta desses elementos, por arbitramento na forma do artigo seguinte. — — —

Artigo 104.º – Serão elementos para o arbitramento do valor locativo, a situação do prédio ou local, sua capacidade ou importancia, servindo de comparação os estabelecimentos congeneres mais proximos. —

Artigo 105.º – Proceder-se-á ao arbitramento: a) – quando o contribuinte for dono do prédio ou local em que fôr exercida a industria ou profissão. B) – Quando o contribuinte não ocupar todo o prédio ou local avaliando-se neste caso o aluguel relativo a parte em que for exercida a industria ou profissão. C) – quando houver uso gratuito do prédio, local local, ou parte ocupada. D) – quando os inquilinos não apresentarem recibos de aluguel nem contratos de locação ou quando os recibos ou contratos manifestamente não apresentarem o preço dos alugueis ao tempo dos lançamentos.

E) – Quando o locatario ou usufrutuario augmentar com benfeitorias o valor locativo do prédio. —

Artigo 106.º - No caso de venda ou transferencia de qualquer estabelecimento, cancelar-se-á mediante requerimento apresentado dentro de 10 dias pelo adquirinte ou pelo antecessor, o lançamento em nome deste, a partir do semestre seguinte, fazendo outro em nome do novo proprietario. Paragrafo 1.º - Se os impostos anteriores do mesmo ou de outro exercicio não estiverem pagos, responderá por elle o adquirinte Paragrafo 2.º - A substituição do lançamento poderá ser feita ex-officio depois de autuado o adquirinte. — — — —

Artigo 107.º - A falta de lançamento não isenta o contribuinte de pagar o imposto a que estiver sujeito, qualquer que seja a epoca do exercicio da atividade. — — — —

Artigo 108 - Todo contribuinte é obrigado sob pena de multa e de responder pelo imposto nos exercicios futuros a communicar por meio de requerimento ao Prefeito Municipal até 31 de Dezembro a cessação de suas atividades, a fim de que não se reproduzam os lançamentos.

Paragrafo unico - O cancelamento do imposto será feito depois de ouvido o funccionario lançador. — — — —

Artigo 109.º — Nos casos em que o imposto deva ser pago adiantadamente o lançamento será feito na epoca da arrecadação

Paragrafo unico - Sempre que a repartição competente julgar conveniente e verificando a dificuldade da cobrança do imposto

de Industria e Profissões, poderá exigir do contribuinte o pagamento do semestre antecipado. — — — —

— E - Das reclamações e recursos —

Artigo 110 — Os coletados poderão dentro do prazo de 15 dias da expedição do aviso reclamar contra o lançamento que julgarem lesivos de seus direitos.

Artigo 111º — O contribuinte que estando sujeito a declaração do movimento de vendas no exercício anterior não tiver apresentado até 31 de Janeiro do ano seguinte não poderá reclamar sobre lançamento de imposto de Industrias e Profissões com fundamento nas circunstancias de não corresponder ao volume de suas vendas no ano anterior a importancia do imposto pago no mesmo exercício. — — — —

Artigo 112º — Cabe tambem reclamação por parte de qualquer interessado contra a omissão ou exclusão do seu nome no rol dos lançamentos.

Artigo 113º — É facultado ao funcionario designado para verificação do movimento dos contribuintes o pedido de verificação nos estabelecimentos comerciais ou industriais, dos livros de lançamentos fiscais do Estado. —

Artigo 114º — Quando por qualquer circunstancia verificar a repartição competente a dificuldade na verificação dos livros e obrigação do artigo anterior, far-se-á o lançamento ex-officio, ficando ainda o contribuinte sujeito a multa de cr$ 200.00 a cr$ 1.000.00 e o dobro na reincidencia. — — — —

F) Da arrecadação do imposto

Artigo 115º - A repartição competente emitirá os recibos para recebimento de Industria e Profissões as quais trarão: — —

a) o nome do contribuinte; B) residencia C) natureza do imposto; D) importancia do semestre; E) - desconto de 10%; F) liquido a pagar; G) multa de 10%; H) total a pagar. — — —

Artigo 116º - A Tesouraria Municipal de posse dos recibos do artigo anterior dará a baixa respectiva declarando por extenso a importancia recebida com a respectiva data e assinatura do Tesoureiro. — — —

Artigo 117º - O pagamento do imposto de Industria e Profissões será dividido em duas prestações iguais a 1ª no mez de março a 2ª no mez de Agosto de cada ano. — —

Paragrafo 1º - Os contribuintes das letras A a J pagarão o imposto no periodo de 1º a 15 e os das letras J a Z no de 16 a 31 dos mezes de março e Agosto, quando se vencem respectivamente a 1ª e 2ª prestações. -

Paragrafo 2º - O pagamento será feito de uma só vez quando se tratar de inicio de atividades no 2º semestre.

Artigo 118º - A arrecadação será efetuada da seguinte forma: a) com desconto de 10% quando o contribuinte efetuar o pagamento nos prazos a que se refere o paragrafo 1º — B) - Sem desconto e sem multa quando o contribuinte efetuar o pagamento dentro de 15 dias após o prazo estabelecido no mes-

mo paragrafo, e artigo, c) - acrescidos da multa de 10% além das custas judiciais caso vencidas, quando o pagamento for efetuado posteriormente ao prazo estabelecido no item anterior. — — —

Artigo 119 - Aos contribuintes deste imposto será concedido o prazo de 1 ou 2 dias de tolerancia, quando o vencimento de sua prestação coincidir com o domingo ou feriado ou por motivo justo a critério da repartição competente, que o impedisse efetuar o pagamento dentro dos prazos estipulados no artigo 120.° — — — —

Artigo 120.° - Haverá na Contadoria Municipal um livro para lançamento do imposto de Industria e Profissões que deverá conter o seguinte: Nome do contribuinte, residencia, natureza do imposto, importancia do 1.° semestre desconto de 10%, liquido a pagar multa de 10% total a pagar numero do recibo, data do pagamento, e observações, sendo reproduzidos todos esses títulos para o 2.° semestre.

C. Fiscalização e Apreensão —

Artigo 121.° - A fiscalização do imposto de Industria e Profissões será exercida pelos fiscais municipais funcionarios da Tesouraria lançadoria e Contadoria da Séde. — — —

Paragrafo unico - Sempre que julgar conveniente ou ter conhecimento de qualquer evasão de rendas da cidade, poderá a lançadoria ou Tesouraria proceder o lançamento independente de qualquer aviso procedendo as diligencias que se tornarem necessarias. —

Artigo 122º - Serão apreendidos as mercadorias ou aparelhos dos contribuintes que estiverem sujeitos ao pagamento adiantado de imposto e não o façam. — — — —

Artigo 123º No caso de apreensão a que se refere o artigo anterior lavrará o funcionário ou fiscal respectivo auto em duas vias, só devolvendo as mercadorias ou aparelhos apreendidos mediante o pagamento do imposto, multa de mora e mais despesas se houver contra recibo que será passado no verso da 2ª via do auto de apreensão. — — — —

Artigo 124º - São competentes para fazer apreensão qualquer dos funcionários mencionados no artigo 122º - que poderão invocar o auxílio da autoridade policial, se houver ou recear oposição do infrator. — — — —

Artigo 125 - Se dentro de 10 dias não se quitar com a Prefeitura Municipal o autuado serão as mercadorias levadas ao leilão publico para pagamento do imposto, multa de mora e de mais despesas. — — —

Paragrafo 1º - Se do produto da arrematação houver sobra, ficará este em deposito na Tesouraria a disposição do proprietario das mercadorias, só sendo entregue contra recibo na segunda via do auto da apreensão. —

Paragrafo 2º - Ficam sanadas de serem facilmente deterioraveis as mercadorias ou artigos apreendidos constarão do auto de apreensão para efeito de seu resgate em 24 horas avaliados e distribuidas as casas e instituições de beneficiencia a juizo do Prefeito Municipal

Artigo 126.º - Quando forem apreendidos animais ficarão esses em deposito no curral do Conselho da Prefeitura Municipal dentro do prazo de 10 dias, pagando o infrator todas as despezas e procedendo-se na forma do artigo 126.º -

Capitulo IX

Imposto sobre Diversões publicas -

Artigo 127.º O imposto sobre diversões publicas é devido por todo espetaculo, representação ou exibição de cinema, concerto, baile, pelleja, luta ou outro qualquer divertimento publico com entrada paga, que se realizar na cidade ou povoações do municipio, qualquer que seja o lugar onde se realize. - - -

Artigo 128.º - O imposto sobre diversões será de 10% sobre o custo do valor de cada ingresso entrada ou bilhete de posse de qualquer localidade, arredondando-se em favor do fisco todas as fracções de 10 centavos. - - - -

Paragrafo unico - A sua arrecadação se fará por meio de selo adesivo, cujo modelo será aprovado por lei especial, que tambem lhe fixará o valor e a serie. - - - -

Artigo 129.º - Enquanto for cobrado pelo Governo Federal taxa ou qualquer imposto sobre diversões publicas para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica, convenio entre a União Estados e Municipios, a Municipalidade cobrará tão Sómente um imposto fixo, para as casas de diversões publicas da Séde e povoados como segue: -

Cinema de 1.ª classe Cr$ 800.00 annuaes.
Cinema de 2.ª classe Cr$ 500.00 annuaes.

nos povoados cr$ 20.00 por espetaculo. —
Artigo 130 - Os emprezarios, proprietarios arrendatarios ou quaisquer pessoas que individualmente ou coletivamente sejam responsaveis por qualquer casa ou local em que se realizem as diversões publicas, são obrigados sob pena de multa a dar bilhetes especiaes a cada comprador, de lugar avulso camarote ou frisa. — —
Paragrafo 1º - Os bilhetes serão de côr ou formato diferente para cada classe de localidade exposto a venda e deverão conter as seguintes declarações: a) - numero do bilhete; b) nome da casa de diversões; c) nome do proprietario ou emprezario. d) - nome da localidade a ser ocupada (camarote, cadeira etc); e) - preço das localidades.
Paragrafo 2º - Cada bilhete de ingresso só poderá ser utilizado para um espetaculo.
Paragrafo 3º - O preço mencionado no bilhete será o de custo da venda ao publico.
Artigo 131º - Os emprezarios ou arrendatarios proprietarios ou quaisquer pessoas que, individualmente ou coletivamente sejam responsaveis por qualquer casa ou lugar em que se realizem as diversões publicas, são obrigados a ter um livro especial para escrituração das compras e aplicação dos selos nos bilhetes de ingresso, mencionando claramente o movimento geral dos adquiridos e dos consumidos diariamente.
Paragrafo unico - O exame desse livro será franqueado ao encarregado da fiscalização sempre que fôr exigido. — —

Artigo 132 — O fornecimento de selos para bilhetes de ingresso em logares de diversões será feito pelo Tesouro Municipal mediante pedido assinado pelo proprietario ou empreza rio do estabelecimento. — — — —

Paragrafo 1º - O pedido de selo será acompanhado de um balancete demonstrativo dos selos anteriormente adquiridos, dos que tenham sido consumidos e do saldo existente no estabelecimento, extraido do livro de que trata o artigo antecedente. — — — —

Paragrafo 2º - Todo movimento de selo será escriturado num "talão" a parte pela Tesouraria Municipal. — — — —

Artigo 133º Os operarios quando terminada a serie do espetaculo ou quando tiverem de mudar-se poderão recolher a estação fiscal da localidade os selos que não tenham sido utilizados, desde que exibam á Prefeitura a sua escrita para a necessaria verificação.

Artigo 134º - Os selos serão aplicados de modo a ficarem inutilizados no ato da venda e da separação dos ingressos e estes deverão ser rasgados ao meio antes de ser depositados na respectiva urna. Os selos depois de aderidos aos bilhetes serão inutilizados por meio de carimbo, contendo o nome da empreza ou o titulo de diversão e a data da inutilização. — — — —

Artigo 135 — Os infratores das disposições deste capitulo incorrerão na multa de $ 100.00 e o dobro na reincidencia. — — — —

Paragrafo unico - Imposta a multa nenhum recurso será admitido sem que seja a respectiva

importancia depositada previamente na Tesouraria Municipal. — — — —

Artigo 136 - Os empresarios ou responsaveis por casas ou lugares de diversão, fornecerá aos funcionarios designados pela Prefeitura, bilheteria sala de espetaculos ou local das exibições e o mais que for julgado necessario a fim de ser verificada a fiel execução do presente capitulo, não podendo conservar a bilheteria fechada a chave, sob pena de multa.

Artigo 137º - Os empresarios, proprietarios e arrendatarios ou quaisquer pessoas que individual ou coletivamente sejam responsaveis por qualquer casa ou lugar de diversões, são obrigados a assinar um termo de responsabilidade pelo exato cumprimento da selagem dos bilhetes, nos termos deste capitulo. — — —

Artigo 138º - O imposto referido neste capitulo é devido tambem pelas casas de bilhares e similares e será cobrado da seguinte forma:
a) bilhar ou carambola Francesa, por mesa e por mês cr$ 20.00 - B) - Bilhar "snocker" por mesa e por mês $20.00 - C) - bocce, chiquillo ou -nuvlha por mês e por guadra cr$ 15.00 - D) - boliche por mês e por guadra cr$ 10.00, — — —

Artigo 139º - O imposto referido neste capitulo recairá sobre clubes de jogos licitos e obedecerá para os efeitos da coleta, a seguinte classificação.
A) clubes de 1º categoria imposto anual $ 800.00
B) clubes de 2ª. categoria imposto anual $ 500.00
C) clubes de 3ª. categoria imposto anual $300.00

Capitulo X

Das Taxas de Serviços Municipais

Artigo 140º - As taxas de serviços municipais serão cobradas pela utilização, fornecimento e prestação dos serviços seguintes: — — —

a) aferição de balanças, pesos e medidas e quaisquer aparelhos de pesar ou medir; — —

B) - Conservação e execução de calçamentos

C) - Colocação de guias e sargetas; D) - Limpeza das vias publicas; E) - Remoção do lixo, escorias e resíduos domiciliares. — — — —

Paragrafo unico dizo 1º - A taxa referida na letra "a" será cobrada no mês de Janeiro de cada ano de conformidade com a tabela anexa nº 5 - Paragrafo 2º - A taxa da limpeza das vias publicas e remoção do lixo escorias e resíduos domiciliares, será fiscada em 1% sobre o valor locativo anual dos prédios e recairá sobre os proprietarios destes e será lançada e arrecadada juntamente com o imposto predial.

Artigo — 141º —. As taxas de execução de calçamento e colocação de guias serão cobradas dos proprietarios dos prédios ou terrenos com frente para as vias publicas, que vierem a ser providos de taes melhoramentos, observadas as disposições das leis que fixarem o seu "quantum" e regulamentarem a forma de arrecadação de cada caso especial. — — — —

Artigo 142 - Além das taxas referidas nos artigos anteriores serão cobradas as seguintes: a) - Sobre a locação de negociantes em logradouros publicos em geral; B) - Sobre inhumação exumação, transferencia de sepulturas e concessões perpetuas ou temporarias no cemiterio municipal bem assim taxas de

fiscalização de cemitérios particulares que serão cobradas de conformidade com a tabela anexa nº 6.

Artigo 143º — Haverá na Prefeitura Municipal um livro especial para registro de sepulturas perpetuas ou temporarias, o qual registrará com clareza todos os elementos necessarios não só de obito registrado como o tempo e mais esclarecimentos de sepulturas adquiridas.

— Capitulo XI —

Taxa de Conservação de estradas de rodagem

Artigo 144º — A taxa de conservação e execução de estradas de rodagem municipais, prevista no Decreto Estadual nº 7.920 de 11 de Janeiro de 1939, será de 0,25% (um quarto por cento, ou vinte e cinco centesimos por cento) anual, sobre o valor venal das propriedades rurais, que, beneficiadas com o serviço de conservação de estradas, sejam a esta marginaes ou dela se utilizem em virtude de servidão ou passagem forçada.

Paragrafo unico — O minimo da taxa será de cr$ 10,00 (dez cruzeiros)

Artigo 145º — Para o calculo das propriedades agricolas será adotado o criterio do valor das terras e culturas permanentes.

Paragrafo unico — O valor minimo das propriedades para pagamento da taxa estabelecida no artigo 144, será de cr$ 3.200,00 (tres mil e duzentos cruzeiros), por alqueire, e não será em hipotese alguma menor que o valor atribuido pela fiscalização

Estadual, para pagamento do imposto territorial rural. — — — —

Artigo 146º — O lançamento da taxa de conservação de estradas de rodagem será feito no mez de Setembro e o seu pagamento no mez de Outubro de cada anno. — — —

— Capitulo XII —

Rendas do matadouro

Artigo 147º — A renda do matadouro é constituida das taxas pagas pela matança de todo gado bovino, suino, caprino entregue ao consumo publico ou particular. — —

Artigo 148º — A arrecadação das taxas de matança será feita na cidade pela Tesouraria Municipal, nos povoados pelos fiscaes municipaes, e será cobrada de conformidade com a tabella annexa sob nº 8. — — — —

Paragrafo unico — Não será cobrada taxa alguma pelas vendas efetuadas nas feiras livres realizadas na cidade. — — —

— Capitulo XIII —

Dos Emolumentos relativos a atos de Competencia do municipio.

Artigo 149º — Serão cobrados emolumentos a atos de competencia do municipio como segue:

a) do expediente de petições de propios;

b) de certidões, alvarás, concessões, contratos, transferencias, nomeações e licenças de funccionarios

c) — de vistorias, exames, diligencias, alinhamentos, nivelamento e approvação de plantas de construcções.

d) — de qualquer outro ato de economia do municipio. — — — —

Artigo 150º - Os emolumentos serão pagos adiantadamente pelos interessados e serão cobrados conforme a tabela anexa nº. 10.

— Capitulo XIV -

— Da aplicação de multas —

Artigo 151º — Serão cobradas as multas por infração de contratos, lei ou ato municipal e quaisquer outros que revertam em favor da municipalidade.

Artigo 152º — Toda e qualquer infração de leis ou posturas municipais será autuada por funcionario competente. — —

Artigo 153º - Do auto de infração constará: a) - o nome e a residencia do infrator; B) — o fato constitutivo da infração bem como o lugar, o dia e a hora em que se verificou; — — — —

C) - o preceito da lei violado, a multa imposta, as intimações feitas, e o prazo legal para o recurso; — — —

D) — Assinatura do autuante, do infrator e de duas testemunhas. — — —

Paragrafo 1º - Quando a infração for cometida por socio, empregado ou preposto de companhia, firma ou sociedade, tal circunstancia constará do auto para efeito de serem elas solidariamente responsabilizados

Paragrafo 2º - Se o infrator se recusar assinar o auto, será a sua assinatura suprida pela declaração do autuante nesse sentido.

Paragrafo 3º Se pelas circunstancias especiais da infração não for o auto lavrado em presença do infrator, será este intimado por

escrito do seu inteiro teôr. —

Artigo 154.º - O infrator autuado poderá recorrer ao Prefeito no prazo de 5 dias a contar da imposição da multa quando o auto for lavrado na sua presença, e da data de sua intimação, no caso do paragrafo 3.º do artigo anterior.

Paragrafo 1.º - Na falta de recurso ou sendo este julgado improcedente, será a multa mantida ou confirmada pelo Prefeito ou pela repartição competente e ordenada a inscrição da dívida e a sua imediata cobrança executiva. —

Paragrafo 2.º - O recolhimento voluntário da multa antes de ser lavrado o auto será feito por meio de guia do fiscal ou funcionario que verificar a infração. — — — —

Artigo 155.º - As multas por infração de contratos serão impostas pelo mesmo processo, se outro especial não estiver consignado nos respectivos instrumentos. — — —

— Capitulo XV —

Da Apreensão Deposito e venda de semoventes mercadorias e cousas moveis em geral.

Artigo 156.º - Quando além da imposição da multa, houver apreensão de semoventes, mercadorias e cousas moveis em geral, ordenados nas posturas Municipaes, digo do Municipio, será ele feito pelo autuante, que poderá invocar o auxilio de força policial. — —

Paragrafo unico - O auto, nesse caso, mencionará tambem a quantidade qualidade e outros caracteristicos de cousa apreendida. —

Artigo 157.º - Quando o infrator for pessôa

indeterminada, desconhecida ou não residente no Município, como na apreensão de animais soltos nas vias publicas, ou de animais e reclames colocados a socapa, ou ainda, de coisas abandonadas e outros, será dispensada qualquer das formalidades neste capitulo com exceção das que digam respeito á entrada no Deposito e venda. — — —

Paragrafo 1º - na apreensão de mercadorias ou objetos de valor mediocre, feita a ambulantes ou de qualquer outro infrator, os fiscaes se limitarão a fornecer, devidamente assinada, uma nota de apreensão, da multa e da lei violada, dispensada a lavratura do respetivo auto.

Paragrafo 2º - Nos casos deste artigo o prazo será de 24 horas a contar da apreensão, e, interposto elle, o Prefeito o decidirá de plano igual tempo. — — —

Artigo 158º - O auto de multa e apreensão, poderá constar de formula impressa com os claros necessarios para a consignação, no momento, dos fatos e referencias mencionados nos artigos 153 e 157, paragrafo unico, devendo, nesse caso trazer no verso os textos legais que dispoem sobre as formalidades a serem preenchidas para a devolução das coisas ou semoventes apreendidos e o seu destino quando não reclamados. — —

Artigo 159 - O objeto da apreensão será encaminhado ao Deposito Municipal, onde a sua entrada será registrada, com as especificações dos artigos citados, em livro proprio, de deposito e leilão, no qual tambem será lavrado o termo referido no artigo seguinte: — — — —

Artigo 160. - As mercadorias e semoventes levados ao Deposito e não reclamados no prazo de 48 horas serão vendidos em leilão publico, previamente anunciado por editaes afixados no local de costume, no proprio Deposito ou pela imprensa se houver no Municipio e se os objetos ou semoventes forem de valor. — — —

Paragrafo 1.º - Do leilão se lavrará um termo sumario do qual constará a mercadoria vendida bem como o preço alcançado. —

Paragrafo 2.º - O produto da venda, deduzidos a quantia mencionada no artigo seguinte, será devolvida ao infrator. — — —

Artigo 161 - As mercadorias, objetos e semoventes levados ao Deposito poderão ser retirados pelos infratores, desde que paguem a multa em que tenham incorrido, os impostos impostas que por ventura incidirem com a pratica do ato do qual resultarem a apreensão e as despesas com a conservação ou trato da coisa ou do semovente, de acordo com a tabela anexa nº 14. — — —

Artigo 162º - Se os objetos apreendidos forem de rapida deterioração serão entregues aos casos de assistencia publica gratuita da cidade.

— Capitulo XVI —

— Contribuição de Melhoria —

Artigo 163º. - A contribuição de melhoria será cobrada, quando se verificar valorização do imovel em consequencia de obras publicas Municipaes. — — — —

Paragrafo unico - Não será cobrada sob qualquer titulo, a contribuição de melhoria, quan-

gerando a valorização do imovel se proceder em virtude de obra publica, em que o proprietario tenha contribuido com o pagamento dos serviços que dê margem a essa valorização. —

Artigo 164º — O imposto de contribuição de melhoria será cobrado na proporção de 2% (dois por cento) sobre o valor locativo dos prédios situados nas praças ou ruas, beneficiadas com a valorização em virtude do melhoramento realizado.

— Capitulo XVII —

Contribuições Federais e Estaduaes

Artigo 165º — Alem dos impostos e taxas relacionados nesta lei, cabe ainda ao Municipio nos termos dos nºs XV, XVI, XVII, XVIII, do artigo 68, da lei nº 1 de 18 de Setembro de 1947 (lei Organica dos Municipios) do Estado de São Paulo) os seguintes:

a) 30% do excesso da arrecadação de impostos, salvo o do imposto de exportação, sobre o total das rendas locaes de qualquer natureza;

b) - 40% da arrecadação local de impostos referidos no artigo 21 da Constituição Federal. — —

C) - Quota proporcional a sua superficie, população, consumo e produção de lubrificantes, de combustiveis, de minerais, energia eletrica, da arrecadação de impostos sobre esses produtos, nos termos do artigo 15, nº VII para grupo 2º. da Constituição Federal. — — —

Paragrafo unico — As contribuições relacionadas nas letras (a) e (b) serão registradas como receita Extraordinaria, contribuição do Estado e Federal, respectivamente que constituirão fundo

especial para obras e melhoramentos publicos. A contribuição relacionada na letra c) será empregada exclusivamente na construcção de estradas de rodagem do Municipio. — —

— Capitulo XVIII —

— Disposições Geraes —

Artigo 166.º - Os livros de lançamento, contabilidade e outros excessão feita aos da Camara, serão rubricados pelo Prefeito. — — —

Artigo 167.º - A Tesouraria Municipal ou a lançadoria, quando necessitarem de informações ou esclarecimentos dependentes do Registro de Imoveis e de Hypotecas, Agencias de Estatistica, Posto de Arrecadação Fiscal do Estado ou outras dependencias, representarão ao Prefeito, para que este os requisite. —.

Artigo 168.º - Nenhuma isenção de imposto ou taxa será concedida sem a lei que a autorize. Artigo 169.º - Sem prejuizo de responsabilidade criminal, fica sujeito a multa de cr$ 100.00 a cr$ 1.000.00 e ao dobro na reincidencia, o contribuinte que:

a) sonegar area ou valor de propriedade nos actos sujeitos a imposto ou taxa;

b) - Subtrair ao Fisco Municipal actos ou contratos pelos quaes deva pagar imposto ou taxa;

C) - falsificar adulterar ou similar conhecimento, guias, e recibos, contratos, declarações ou outros quaisquer documentos, que deva exibir a repartição fiscal do Municipio. — —

D) - iludir o fisco em proveito proprio ou de outrem, com falsas declarações ou informações

no sentido de obstar a cobrança de qualquer imposto, taxa ou contribuição ou reduzir a respectiva importancia.

Artigo 170º - O produto das multas e os emolumentos não poderão ser atribuidos no todo ou em parte ao funcionario que autuar o infrator ou que impuzer e confirmar a multa ou que praticar ou lavrar qualquer dos atos, documentos ou instrumentos referidos no artigo 150. —

Artigo 171º - As duvidas que porventura surgirem com o lançamento, recebimento ou reclamações do imposto de Industria e Profissões será aplicada no que não contrariarem o disposto do capitulo VIII, deste Codigo, livro III, do Decreto Estadual, nº. 8.255 de 23 de abril de 1937, (Codigo de Impostos e Taxas)

Artigo 172º - Aplicam-se a Receita e Despeza do Municipio a codificação estabelecida pelo Decreto Lei Federal nº. 2.416, de 17 de Julho de 1940, que aprova a codificação das normas financeiras, para Estados e Municipios.

Artigo 173º - Fica criado um adicional de 10% sobre o imposto de Industria e Profissões e tributos de licença sobre negociantes ambulantes que será aplicado no serviço de Assistencia Social regulamentado por lei especial.

Artigo 174º - Esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Arbir Nogueira, em 16 de março de 1950. Severino Tagliari

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secr. da Pref. data supra

o Secretario: [illegible]

— Tabelas do Codigo Tributario —

— Tributo de Licença = Tabela nº 1 —

— negociantes Ambulantes —

Classe	Cr$
1ª	5.000,00
2	4.500,00
3	4.000,00
4	3.700,00
5	3.500,00
6	3.200,00
7	3.000,00
8	2.700,00
9	2.600,00
10	2.500,00
11	2.200,00
12	2.000,00
13	1.800,00
14	1.500,00
15	1.200,00
16	1.100,00
17	1.000,00
18	900,00
19	800,00
20	700,00
21	600,00
22	500,00
—	—

Classe	Cr$
23ª	400,00
24ª	300,00
25ª	250,00
26ª	200,00
23	180,00
28	150,00
29	120,00
30	100,00
31	80,00
32	60,00
33	50,00
34	45,00
35	40,00
36	35,00
37	30,00
38	20,00
39	18,00
40	15,00
41	12,00
42	10,00
43	8,00
44	6,00
45ª	5,00

Especificação.

		Classe
1	Agente comercial, intermediario de negocios	14ª
2	Agente amb. de comp. seguros	19ª
3 =	Agentes de companhias ou Empr. c/ sorteios	20ª
4 =	Aguardente ou qualquer bebida alcoolica fab.	12ª
5 =	Algodão mercador, comprador, por ano	20ª
	Idem por 6 meses	23ª

Nº Ordem		24ª Classe
	Idem por 3 dias uteis	
4	Deposito intermediario, licença anual	20ª
	Idem por semestre	23ª
6	Envolvador, por dia	45ª
	Idem por anno	30ª
7	Amarinhos ou miudezas por anno	19
	Idem 6 mezes	23
	Idem 3 mezes	25
	Idem 15 dias	30
	Idem por dia	40
8	Armas de fogo e munições	20
9	Arreios, nacionaes ou estrangeiros	21
10	Aves e Ovos, com direito a troca de mercadorias e exportação para fora do municipio	18ª
	Idem sem exportação.	24
	— B —	
11	Balas de confeitos por dia	42
12	Bijouterias ou joias não preciosas por anno	19
	Idem por 3 mezes	24ª
	Idem por dia	38
13	Botequim ambulante por dia	33
14	Brinquedos finos, por dia	35
	Idem de madeira, artigo barato	40
15	Bebidas alcoolicas	15
16	Bordados e rendas por anno	17ª
	Idem por 3 mezes	23
	Idem por 15 dias	32
	Idem por 1 dia	40
17	Biscoitos, bolachas e pães	16ª
18	Bilhetes de sorteio de qualquer natureza	16ª
19	Carvão ambulante por anno	21
	Idem por semestre	24
20	Cigarros, conduzindo e vendendo	22

21 Cristal comprador ou exportador 22ª
22 Calçados, fabricante por ano 21ª
23 Idem concertos " " 24ª
24 Café mercador comprador por ano 17ª
Idem corretor por ano 19ª
" 6 mezes 22ª
25 Conservas em geral 14ª

— D —

26 Dentista com gabinete portatil p. ano 22ª
27 Doces, confeitarias por ano 30ª
Idem por seis mezes 32ª
28 Estatuetas de marmore por dia 37ª
29 Espanadores escovas e vassouras por dia 42ª
30 Estojos, tapetes, oleados e capachos, por dia 40ª
31 Fazendas em geral por ano 17ª
Idem por 6 mezes 21ª
32 Frutas nacionaes ou estrangeiras 24ª
Idem por Semestre 27ª
33 Funno por dia 40ª
34 Fubá e quirera por ano 26ª

— G —

35 - Gado de qualquer especie, mercador, comprador proposto ou intermediario por ano. 14ª
Idem por seis mezes 19ª
" " dia 30ª
36 Garagem com deposito de mercadorias para expedição - por ano 24ª
37 - Joias e pedras preciosas por ano 13ª
Idem por dia 30ª
38 - Jogos licitos por dia 30ª

— L —

39. Lacticinios, queijos e semelhantes p. ano 26ª

40 - Leite em vasilhas, carregados em carroça ou qualquer veiculo p. ano. 31ª

41 - Louças em geral " " 21ª

Idem por dia 40ª

42 - Linhos em lotes por dia — 37ª

43 - Linha vendedor em carroça p. ano 30ª

Idem por dia - — — 45

44 - Macarrão e massas alimenticias p. dia 23

Idem por dia 42

45 - Objetos de vime ou taquara, por ano 31

— P —

46 - Peixe, por dia 42

47 - Perfumaria; em geral por dia 38

48 - Pasteis, pipocas etc. por ano 33

— R —

49 - Roupas feitas em geral por dia 40

— S —

50 - Sabão e sabonetes, por ano 22ª

51 - Salchichas e conservas, por dia 40ª

52 - Sedas por dia 38ª

53 - Sorvetes em carrinho, por dia 40ª

54 - Vinhos nacionais e extrangeiros por dia 40ª

— — —

Tributos de Licença

— Tabella nº 2 —

- Veiculos de qualquer natureza -

Bicicletas em geral por ano — cr$30.00

Veiculos rurais de qualquer especie por ano - $40.00

Carroças de aluguel por ano. $100.00

Carretelas para transporte tracção 2 rodas $100.00

Idem com 4 rodas $120.00

— Veiculos movidos a motor —

Veiculos de 2 rodas com pneumaticos p. ano $200.00

Idem de quatro rodas pneumaticas p. uso alug. $ 200.00
" " " " " part. p. ano $ 200.00
Idem para transporte cargas 3 a 6 toneladas " $ 300.00
" " " " 6 a 9 toneladas " $ 400.00

— — —

Tributos de Licença
— Tabela nº 3 —

Aprovação de plantas para construções
A - casas em geral dentro da cidade até o valor de
cr$ 10.000.00 — — — $ 80.00
Idem acima de $ 10000,00 — — $ 100.00
B - concertos de prédios ou muros — $ 20.00
C - Demolição de prédios p. nova construção $ 20.00

— — —

Tributos de Licença
— Tabela nº 4 —

Afixação, colocação e exibição nas vias publicas de letreiros, emblemas placas, anuncios, foldos, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade.
A - letreiros, placas, tabuletas com letreiros em saliencia nas paredes ou umbrais das casas, medindo 0,40 x 0,30
— — — — — $ 15.00
Idem medindo mais de 0,40 x 0,30 $ 20.00
B - Anuncio em pano, papel, aniodeira, de grande dimensão nos frentes das casas comerciais ou atravessando ruas, por mes $ 10.00
C - Placas de medicos, dentistas, advogados engenheiros e outros. $ 20.00
D - Anuncio de propaganda de circo ou outra diversão de qualquer especie. $ 10.00
E - Propaganda de remedios $ 10.00
F - Idem escritos nos calçamentos ou passeios da cidade. — — — $ 5.00

G - Os anuncios não previstos nesta tabella pagarão o imposto por anno de. $20.00

H - Anuncios feitos em muros, pagarão o imposto de. — — — — — $100.00 ficando responsavel pelo pagamento desse imposto os proprietarios dos predios ou estabelecimentos, que consentirem sem lhes serem apresentados os talões de pagamento do imposto municipal.

— — —

Taxas de Serviços Municipaes
— Tabella nº 5 —

Aferição de balanças, pesos, medidas e quaesquer aparelhos destinados a pesar ou medir.

A - Pesos, ou terno de pesos — — $ 10.00

B - Medidas para seco, terno — $ 6.00

C - Metro, terno ou qualquer medida avulsa $,5,00 cada

D - Balanças para pesar até 50 quilos, cadauma $10.00

E - Balanças para maior peso $20.00

F - Balança centesimal ou decimal $10.00

G - Carroça ou camminhão de area, lenha ou terra $ 10.00

H - Medidas para liquidos, terno $ 6.00

— — —

Rendas do Cemiterio
— Tabella nº 6 —

Taxa de inhumação, exumação, transferencia de sepulturas e concessões perpetuas ou temporarias, nos cemiterios municipaes e fiscalização de cemiterios particulares.

A - Inhumação

1º Sepultura geral - de adultos Cr$ 10.00

Idem de menores de 7 annos Cr$ 7.00

2º Sepulturas particulares

por 10 anos, para adultos — cr$ 100,00
por 20 anos, para adultos — cr$ 150.00
por 10 anos, para menores de 7 anos — cr$ 50.00
por 20 anos, para menor de 7 anos — cr$ 100.00

— B — Perpetuidades —

1 de adultos — cr$ 300.00
2 de menor de 7 anos — cr$ 200.00
3 de adultos (carneira) — cr$ 400.00
4 de menor de 7 anos (carneira) — cr$ 200.00
5 Jazigos perpetuos — cr$ 500.00
6 Mausoleos, por metro quadrado — cr$ 200.00

— C — Abertura de Sepulturas —

1 Perpetuas para colocação de corpos — cr$ 30.00
2 Exumação a requerimento de interessados — cr$ 50.00
3 Remoção de ossadas do interior do cemiterio — cr$ 30.00
4 Entrada de ossadas no interior do cemiterio — cr$ 30.00

— D — Diversos —

1 — Construção de tumulo — Cr$ 150.00
2 — Construção de cemiterios — cr$ 20.00
3 — Fiscalização de cemiterios particulares — cr$ 100.00

Taxa de localização de comerciantes em logradouros publicos. —

— Tabella n.º 7 —

A — Localização de negociantes em ruas, praças e outros lugares de servidão publica, 10% sobre o valor do imposto pago.

B — Feirantes de quinquilharias, fazendas, chapeus, calçados, objetos de fantasia em qualquer ponto da cidade, povoados e outros lugares de servidão publica, por metro quadrado da

area ocupada — — — cr$2,00

— Renda do Matadouro —

— Tabela nº. 8 —

1 = Zona Rural

a) Bovinos, onde não tenha matadouro - $5,00

b) Suinos nos casos comerciais ou açougues $15,00

Sede:

—

Emolumentos relativos a competencia do municipio:

— Tabela nº. 10 —

1 = Carta de cochiero — $10.00

2 = Certidão negativa de impostos — $12.00

3 = Certidão de narrativa $15.00

4 = Certidão pela raza alem da narrativa por linha de 30 letras — — $1.00

5 = Busca de papeis arquivados ou parados achando-se o papel:

de 6 mezes a 2 anos — $5.00

de 2 anos a 6 anos — $7.00

de 6 anos a 12 anos — $14.00

de 12 a 20 anos — $25.00

de 20 a 30 anos — $40.00

de mais de 30 anos — $60.00

B = Não se achando o papel, a metade digo cobrar-se-á a metade da respectiva taxa:

6 Vistorias, a pedido das partes, dentro do perimetro urbano. $50.00

7 - Vistorias fóra do perimetro urbano $100.00

8 - Termo de praça ou arrematação $20.00

9 - Portaria de licença a funcionarios municipaes, por uma. — — — $5.00

11 — Termo de qualquer natureza, lavrado

nas leis municipaes $ 10.00
12 - Termo de arrematação $ 5.00
13 - Atestados ou declarações $ 10.00
14 - Termo de posse de funccionario $ 10.00
15 - Requerimentos, memorias e outros papeis, dirigidos a autoridade municipal $ 5.00
16 - Registro de engenheiro architectos e constructores cr$ 30.00
17 - Averbação de cartas de chauffeur de outros municipios — — — cr$ 30.00
18 - Idem de motocicleta. cr$ 20.00

— — — —

Imposto de Industrias e Profissões
Tabela nº 14

numero da Rubrica — Rubrica — Imposto parte fixa	
9 — Acrobacia ou esgrima - professor	$ 200.00
11 — Advogado	$ 500.00
19 — Agrimensores	$ 500.00
101 — Barbearia 1.ª classe	$ 350.00
Idem 2.ª classe	$ 300.00
228 - Contadores ou guarda-livros	$ 200.00
234 - Corretores em geral de imoveis	$ 300.00
245 - Dentistas	$ 500.00
247 - Desenhistas	$ 200.00
249 - Despachos em geral, com escritorio	$ 300.00
Idem sem escritorio	$ 200.00
264 - Engenheiros em geral, inclusive arquitetos	$ 500.00
426 - Medicos	$ 500.00
431 - Parteiras	$ 100.00
574 - Tradutores ou interpretes	$ 200.00
587 - Veterinarios	$ 200.00
Empreza de transportes coletivos até 6 veiculos	$ 5.000.00
Demais de 6 veiculos por unidade excedente e pagará	$ 500.00